

OFC-OCE-049/2018

Campo Mourão, 19 de abril de 2018.

A Excelentíssima Senhora

Cida Borghetti

Governadora do Estado do Paraná

Curitiba – PR

Prezada Senhora

O Cooperativismo paranaense, representado pela Ocepar, apresenta propostas para o desenvolvimento das cooperativas e do Estado do Paraná.

1. PROGRAMA DE APOIO À PRODUÇÃO PECUÁRIA PARANAENSE

O setor de carnes gera efeitos multiplicadores de renda e empregos em todos os setores, intensificando a demanda por insumos agropecuários e a expansão e modernização da economia.

Na avicultura, o Paraná é o maior produtor e exportador brasileiro de carne de frango. Só em 2017, o estado abateu mais de 1,8 bilhão de aves e respondeu por mais de 35% das exportações brasileiras desta proteína.

Na suinocultura, é o estado que mais tem investido na atividade, tendo produzido, em 2017, 780 mil toneladas de carne, representando 21% da produção brasileira.

Na bovinocultura, o Paraná é pouco expressivo no setor da pecuária de corte detendo cerca de 3,5% do plantel nacional, com aproximadamente 7,5 milhões de cabeças, no entanto, é o segundo maior produtor nacional de leite, atrás apenas de Minas Gerais.

Outro destaque é a piscicultura, que vem ganhando destaque nos últimos anos. A produção atingiu 105 mil toneladas em 2017.

Nos últimos cinco anos as cooperativas investiram mais de R\$ 12 bilhões em projetos agroindustriais, que tiveram forte apoio dos Governos Federal e Estadual. Para sustentação e continuidade desses investimentos, propõe-se:

- Dar apoio à implantação dos projetos de expansão dos investimentos das cooperativas: em **suinocultura**, como a Frimesa (Assis Chateaubriand) e Allegra (Castro); em **avicultura**, como a Unitá (Ubiratã), Copacol (Cafelândia), C.Vale (Palotina), Lar (Matelândia), Coopavel (Cascavel), Copagril (Marechal C. Rondon), Coasul (São João) e Aurora (Mandaguari); em **piscicultura**, na Copacol (Nova Aurora), C.Vale (Palotina) e em **lácteos**, na Frimesa (Medianeira), Cativa (Londrina) e Unium (Campos Gerais).

2. MEIO AMBIENTE

2.1 Licenciamento ambiental

O licenciamento ambiental para novos empreendimentos é fundamental para a sustentabilidade do estado, requisito obrigatório para que os empreendedores possam acessar linhas de financiamento. Atualmente, mais de R\$ 500 milhões de investimentos de cooperados na construção de novos aviários, pocilgas, tanques de peixes, dentre outros, estão no aguardo de liberação das licenças ambientais.

O IAP aprimorou significativamente seus serviços com a adoção do SGA – Sistema de Gestão Ambiental, que possibilita o registro e acompanhamento de protocolos em tempo real. Porém, após a fase de implantação do software, foram identificadas duas principais dificuldades: (i) necessidade de realizar diversos ajustes no sistema e (ii) morosidade no processo de licenciamento ambiental, devido ao acúmulo de ações na central do IAP, em Curitiba.

Dessa maneira, pede-se:

- Designar uma **força tarefa do IAP** para a região Oeste, a fim de colocar em dia os processos protocolados nas regionais de Toledo e Cascavel.
- Agilizar junto à CELEPAR os ajustes necessários no SGA – Sistema de Gestão Ambiental.
- Implementar os dispositivos na Resolução SEMA nº 24 de 2006, que permite o compartilhamento de responsabilidades para o licenciamento ambiental.
- Resolução da Portaria nº34 do IAP de 03 de fevereiro de 2018.

2.2 Escarpa Devoniana

O tombamento da Escarpa Devoniana, como área de preservação permanente – APA, inviabilizará milhares de famílias de continuarem a ter seu sustento provindo de atividades agrossilvipastoris, estando susceptíveis à cessação de sua fonte de renda e, em consequência, terão de emigrar para outras regiões.

- Revogar o processo de tombamento nº 08/2012, da Coordenação do Patrimônio Cultural da Secretária de Estado da Cultura do Paraná, que determinou o tombamento da Escarpa Devoniana, iniciando um novo processo envolvendo a comunidade que vive no seu entorno e região.

3. PROGRAMA DE SANIDADE AGROPECUÁRIA

3.1 Paraná livre de aftosa sem vacinação

O principal ganho do Paraná com a aquisição de “status livre de aftosa sem vacinação” virá do mercado internacional. Os principais importadores, como Japão, Estados Unidos, União Europeia, Coreia do Sul e China, não importam carne de países que ainda vacinam. Os ganhos com o fim da vacinação podem chegar a até 50% no volume das exportações e no preço para as carnes de suínos e de bovinos, gerando receita e ganhos para o setor pecuário paranaense.

- Manter o programa de estruturação da ADAPAR, que vem sendo desenvolvido em atendimento às exigências do Ministério da Agricultura e da Organização Internacional de Saúde animal (OIE), visando à antecipação para que o Paraná seja declarado livre de febre aftosa sem vacinação, a partir de 2019. Esse programa conta com apoio financeiro das

cooperativas e frigoríficos, que estão destinando recursos para construção de postos de fiscalização, compra de equipamentos e reforma do laboratório.

3.2 Fiscalização agropecuária

O ex-governador enviou mensagem à Assembleia Legislativa do Paraná, transformada no Projeto do Executivo nº 146/2018, majorando em 67% as taxas a serem pagas pelas indústrias de aves. Esse Projeto recebeu regime de urgência, mas, depois de várias gestões, está no aguardo de uma definição do Executivo. O aumento de custos será da ordem de R\$ 1,1 milhão/ano para a avicultura do Paraná e não conta com o apoio de todo setor.

Outra questão se refere ao comércio e uso de agrotóxico, em que o Ministério Público do Estado do Paraná está trabalhando em campanhas institucionais de difamação da produção de alimentos do Paraná.

- Retirada do Projeto nº 146/2018, da ALEP, por representar mais oneração para o setor que passa por grave crise nesse momento.
- Solicitamos que a Adapar debata com o setor privado possíveis recomendações administrativas do Ministério Público, antes de tomar qualquer providência fiscalizatória.

4. UTILIZAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS EM PROGRAMA DE AGROINDUSTRIALIZAÇÃO

As cooperativas paranaenses têm cerca de R\$ 1 bilhão de créditos acumulados de ICMS e não estão conseguindo liberá-los.

Em 2016, foi realizado um convênio entre a OCEPAR e a APD – Agência Paraná de Desenvolvimento para estudar mecanismos de utilização desses créditos em investimentos. Neste sentido, foi alterado as normas do Paraná Competitivo e criado o Novo Paraná Competitivo, que permite a utilização dos créditos para investimentos.

No entanto, o montante de recursos habilitados, via Siscred, é de cerca de R\$ 100 milhões por ano, valor insuficiente para atender a demanda.

Por isso, solicita-se:

- Ampliar o limite de utilização de crédito acumulado do ICMS no Programa Paraná Competitivo e agilizar o processo de análise e liberação do crédito acumulado deste tributo para investimentos no programa.
- Autorizar a transferência de crédito de ICMS de cooperativas singulares para cooperativa central, quando os recursos forem destinados a projetos de investimentos para ampliação da capacidade produtiva.
- Retornar a modalidade de investimento (comércio e indústria) no SISCREDE para transferência de crédito acumulado de ICMS, vinculando com investimento no Paraná, opção existente até agosto de 2015 para fomentar novos investimentos.
- Criar um grupo de trabalho do Governo Estadual, com representantes das cooperativas, para aperfeiçoamento das propostas.

5. SAÚDE NO CAMPO

As cooperativas de saúde buscam se estruturar com rede própria de hospitais, laboratórios e centros de especialidades, visando reduzir custos e proporcionar a seus clientes melhor atendimento.

Nesse sentido, foram realizadas gestões junto ao BNDES e ao Ex-ministro da Saúde, Ricardo Barros, para a criação de uma linha específica de crédito para o BNDES financiar a construção de hospitais e centros de atenção à saúde (clínicas de atenção primária), centros para tratamento oncológico, de imagens e laboratórios de diagnóstico bioquímico. Em função desse pleito, o BNDES alterou seus normativos, vindo a atender a demanda das cooperativas de saúde.

Mesmo assim, as cooperativas de saúde propõem a realização de parcerias com o Governo do Estado do Paraná para compartilhamento de investimentos, no sentido de melhorar os serviços de saúde dos paranaenses.

- Estruturar um programa de parcerias do Estado com as cooperativas de saúde para atendimento da saúde da população de nosso estado.

6. INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

A falta de infraestrutura adequada é considerada como um dos maiores gargalos para o crescimento econômico do Paraná e do Brasil. É preciso disponibilizar sistemas adequados e eficientes que possibilitem o escoamento da produção para os mercados nacional e internacional. Nesse sentido, os desafios a serem superados necessitam de investimentos nos modais de transporte rodoviário, ferroviário, portuário, hidroviário, aeroviário e no setor elétrico.

6.1 - Setor elétrico

A Copel tem realizado investimentos em geração e distribuição de energia em outros estados, deixando de efetuar inversões necessárias para o desenvolvimento do Paraná. Isso tem prejudicado os setores industriais e a agricultura, obrigando as empresas e agricultores a investirem em geradores a óleo diesel, onerando o custo de produção.

Na avicultura por exemplo, a queda de energia, aliada à demora na manutenção, tem obrigado os avicultores a investirem em geradores a óleo diesel. O custo para instalação de um gerador chega a R\$ 250 mil, sendo que o agente financeiro vincula ao financiamento os custos dos geradores pelo risco que representa ao banco financiar os equipamentos sem a garantia da energia.

Nesse sentido, é fundamental que a Copel retome os investimentos no Paraná para:

- Instalar novas linhas de transmissão, troca de cabos, que, em muitas regiões, são monofásicos, e transformadores instalados na época do Clic Rural, há mais de 30 anos.
- Constituir um grupo de trabalho com a participação das federações, Governo e Copel, para debater os investimentos e os problemas de falta de energia.

Além disso, o Paraná apresenta potencial de investimentos na geração de energia hidráulica, eólica, solar e biomassa, que poderia ser explorado em parceria com as cooperativas e indústrias.

- Criar um programa de parcerias para a geração de energia.

Outro ponto diz respeito à tributação pelo ICMS na geração distribuída, que incide sobre o consumo da energia de geração própria, considerado um entrave para alavancar os investimentos nesse setor.

- Revisar a política de tributação pelo ICMS na geração distribuída. Uma maneira que poderia ser utilizada é o pagamento do ICMS em energia gerada, ou seja, o excesso de produção seria utilizado pela Copel, que se responsabilizaria pelo pagamento do imposto com a comercialização do excesso de energia.
- Apoiar a aprovação pela ALEP do Projeto de Lei nº 110/2018, que estabelece a Política Estadual do Biogás e Biometano.

6.2 - Portos

O Governo do Paraná, nos últimos sete anos, conseguiu colocar em prática um amplo programa de modernização dos Portos de Paranaguá e Antonina, tendo resolvido problemas crônicos, como o das filas de caminhões para descarga e o de navios para atracação.

A profissionalização da gestão APPA foi fundamental. E esse trabalho precisa ter continuidade para dar sequência na melhoria dos portos paranaenses, com o objetivo de transformar o Paraná cada vez mais atrativo para novos investimentos.

O programa de dragagem deve se tornar permanente, bem como os investimentos nos acessos ao Porto de Paranaguá e na inovação dos equipamentos e processos.

Também é importante dar continuidade ao projeto viário para o acesso a Pontal do Paraná, com o objetivo de viabilizar a implantação do Porto de Pontal:

- Interceder junto à ANTAQ e à Secretaria dos Portos para agilizar a concessão de novas áreas no Porto de Paranaguá. Duas novas áreas já tiveram seus editais publicados (Terminal de Celulose e de Veículos). No entanto, há previsão de três novos terminais para grãos, ainda sem data para divulgação.
- Dar continuidade aos investimentos em dragagem, que precisam se tornar permanentes, o que tem possibilitado ao Porto de Paranaguá bater recordes de movimentação, pois os navios saem do porto com carga cheia, o que não ocorria até 2011.
- Concluir os projetos e construir a nova rodovia que ligará Praia de Leste a Pontal do Paraná, dando continuidade ao processo de desapropriação das áreas por onde passará a Faixa de Infraestrutura de acesso a Pontal do Paraná e à licitação da obra.

6.3 - Rodovias

O modal rodoviário é o mais utilizado no Paraná, representando cerca de 70% do transporte interno. Além de medidas para integração com as ferrovias, é fundamental a duplicação de estradas, como também tornar permanente o programa de conservação de rodovias.

Rodovias Federais

Estabelecidas pela Lei nº 13.448/2017, as novas regras impedem a prorrogação dos atuais contratos de concessão de rodovias no Paraná, por conta de dispositivos contidos no Artigo 4º, incisos I e II, que definem que a possibilidade de alteração no prazo de vigência do contrato de concessão deve ser “expressamente admitida no respectivo edital ou no instrumento contratual original”. Como esse dispositivo não consta nos contratos vigentes, a prorrogação fica inviabilizada.

Tendo em vista que o Governo Federal já se posicionou que não irá renovar a delegação das rodovias ao estado, é importante que o Paraná interceda junto ao Governo Federal para evitar que a manutenção das estradas fique prejudicada.

Manutenção de Rodovias

A Secretaria de Infraestrutura e Logística do Governo do Estado vem desenvolvendo um amplo programa de melhoria das rodovias estaduais, reformando e ampliando a malha viária, visando à melhoria da trafegabilidade e segurança das vias.

Além disso, realiza importante trabalho de melhoria dos acessos dos municípios à capital paranaense, como a duplicação da rodovia de ligação com Piraquara, a retomada das obras de duplicação da rodovia para Colombo e início da duplicação da Rodovia dos Minérios.

Por isso, sugere-se:

- Manter e tornar perene o programa de manutenção e melhoria das rodovias estaduais;
- Dar início às obras para duplicação da Rodovia dos Minérios, entre Curitiba e Rio Branco do Sul;
- Concluir a duplicação de Curitiba a Colombo;
- Concluir o projeto e estudos e iniciar a construção da ponte Matinhos – Guaratuba.

Estradas rurais

O Programa Patrulhas Rurais desenvolvido pelo Governo do Estado, que disponibiliza, aos consórcios intermunicipais, maquinário para o trabalho de readequação e melhoria de estradas rurais, é um importante programa que ajuda os municípios e dá melhor qualidade de vida para a população, melhorando a trafegabilidade para o transporte escolar e escoamento da produção.

- Manter o Programa Patrulhas Rurais, que opera por meio de consórcios de municípios e tem prestado bons serviços na manutenção e readequação das estradas rurais.

6.4 - Aeroportos de cargas

O sistema aeroportuário paranaense é composto por quatro aeroportos administrados pela Infraero – São José dos Pinhais (Afonso Pena), Curitiba (Bacacheri), Londrina e Foz do Iguaçu. Além desses, os aeroportos de Maringá e Cascavel, ambos com administração municipal, são importantes para a integração regional.

Todavia, o crescimento econômico do Paraná demanda maiores investimentos em aeroportos, em termos de capacidade e qualidade de serviços de aviação comercial.

O Aeroporto Afonso Pena passou por grandes transformações e hoje é um dos melhores do Brasil, porém, a pista é curta e necessita de esforços no sentido de viabilizar a construção da 2ª pista.

No Aeroporto de Londrina, o Governo do Estado investiu na desapropriação de áreas com o objetivo de ampliar a pista. Entretanto, as obras ainda não foram iniciadas, bem como há necessidade de instalação de equipamentos para operação em dias nublados (ILS).

As obras de construção do novo terminal de passageiros no Aeroporto de Cascavel precisam ser retomadas, bem como a conclusão do Aeroporto de Pato Branco.

- Cascavel – concluir a construção do novo terminal e ampliar a pista.

- Toledo – Inicia as operações a partir de junho.
- Maringá – demanda ampliação da pista para se tornar também um aeroporto de cargas.
- Sudoeste – concluir o aeroporto de Pato Branco.

6.5 - Ferrovias

Nova ferrovia

Para a execução dos estudos e projeto para a construção de novo trecho ferroviário de cerca de 1.000 quilômetros, que ligará Dourados (MS) a Paranaguá, o Governo do Estado lançou um Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), um edital público de chamamento, elaborado pela Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, destinado a empresas interessadas na elaboração de estudos técnico-operacionais, econômico-financeiros e ambientais para a construção e exploração de serviços ferroviários. Quatro Consórcios foram selecionados e terão prazo de 270 dias para apresentar os estudos e projetos.

- É preciso dar continuidade a esse processo para que, ao final do prazo estabelecido, os projetos estejam prontos para a realização da licitação da obra.

Operacionalização da Ferroeste

A Ferroeste está praticamente inoperante e inviabilizada, gerando constantes prejuízos. Opera apenas o trecho de Cascavel a Guarapuava (254 Km), em cujo trecho não existem cargas suficientes para torná-la lucrativa. O trecho de Guarapuava a Ponta Grossa pertence à Rumo Logística. Por isso, a Ferroeste depende de concessão de direito de passagem. Ocorre que, nesse trecho, a estrada está praticamente abandonada pela Rumo que não tem feito manutenções, o que estrangula a Ferroeste.

A concessão da Rumo vai até 2027. A empresa, no entanto, está pleiteando junto ao Governo Federal a prorrogação da concessão por mais 30 anos (2057), condicionando os investimentos no trecho só se obtiver o alongamento do prazo do contrato. Nesse sentido, a única opção para a Ferroeste é:

- Debater com a Rumo Logística formas para realizar algum investimento para que o trecho Ponta Grossa – Guarapuava volte a operar.

7. NORMAS DE SEGURANÇA – ADEQUAÇÃO DAS NORMAS DO CORPO DE BOMBEIROS PARA ARMAZENAGEM

O Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros é documentação obrigatória e necessária para todos os empreendimentos cooperativistas, não somente para garantir a segurança das pessoas que trabalham no local, mas também como requisito para obter licenciamentos ambientais e, conseqüentemente, financiamentos. Porém, muitas vezes as cooperativas encontram dificuldades na obtenção do certificado, devido aos entraves relacionados à morosidade na tratativa pelos bombeiros e pela inviabilidade na execução de certas normas. No entanto, a entidade sempre apresentou interesse e disponibilidade para discutir atualizações de normas e procedimentos que visam dar agilidade e viabilidade para a execução das exigências estabelecidas.

- Apoiar o Corpo de Bombeiros na adequação dos critérios de armazenagem de insumos e produtos agrícolas na NPT 027.

8. INTERNET NO CAMPO

Entre os domicílios paranaenses, 56% da área urbana e apenas 22% da área rural têm acesso a internet, importante ferramenta de apoio aos processos de modernização da produção agropecuária e elevação do nível de vida dos agricultores.

O acesso dos produtores às tecnologias de informação, disponibilizadas pela Internet e softwares específicos, são fundamentais para melhoria do conhecimento sobre novas pesquisas e mercado, bem como para realização da contabilidade e gestão dos empreendimentos.

Proposta:

- Criar um grupo de trabalho entre Copel, Operadoras de telefonia, Secretaria Estratégica e as Federações com o objetivo de estabelecer um programa de expansão da rede de internet para o campo, **Campo + digital**, com o objetivo de levar a internet até as propriedades rurais.

Atenciosamente,

José Roberto Ricken
Presidente do Sistema Ocepar

ANEXO

O COOPERATIVISMO PARANAENSE

O cooperativismo paranaense, representado pela OCEPAR e composto por 221 cooperativas, estruturadas nos termos da Lei 5.764/71, tem 1,5 milhão de cooperados oriundos dos diversos ramos de atividades, ligados à agropecuária, assistência à saúde, crédito, infraestrutura, transporte, educação, turismo e trabalho, gera 3,8 milhões de postos de trabalho (diretos e indiretos), e está presente em praticamente todas as comunidades do interior do estado.

As cooperativas do Paraná, faturaram R\$ 70,6 bilhões em 2017, empregam mais de 93 mil funcionários, dos quais quase 3 mil profissionais de assistência técnica, que atuam no assessoramento dos cooperados em suas atividades produtivas.

Sua origem está ligada aos fluxos de imigração de povos europeus e de migração de pessoas oriundas de outros estados brasileiros. Desenvolveu-se de forma paralela aos diversos ciclos econômicos do estado, sempre pautando suas atividades em valores éticos da cooperação, da solidariedade, da justiça social, da gestão democrática e da soma dos esforços de seus cooperados.

A opção do cooperativismo é pelo desenvolvimento das pessoas e comunidades de seu entorno, com a organização econômica e social, geração de emprego e renda, dinamização das economias locais, acesso aos serviços de crédito e saúde, apoio à formação profissional das pessoas. No seu cotidiano, também são ações prioritárias os investimentos em projetos de agregação de valor (agroindustrialização), diversificação da produção e novas tecnologias, bem como em atividades e capacitações para melhorar os processos produtivos e de prestação de serviços aos cooperados.

A confiança nesse modelo de organização econômica fez com que mais de 84 mil pessoas se associassem às cooperativas paranaenses em 2017, a maioria – 76 mil – nas de crédito e sete mil nas agropecuárias. A credibilidade do Sistema Cooperativo, construída com muito trabalho, com produtos de qualidade e investimentos nos mercados consumidores, se confirmou em recente pesquisa de opinião, em que 97% dos entrevistados aprovaram a qualidade e o preço justo dos produtos das cooperativas.

As 69 **cooperativas agropecuárias** do Paraná recebem o equivalente a 58% da produção agropecuária do estado. Em mais de 120 municípios, a cooperativa é a mais importante empresa econômica, maior empregadora e geradora de receitas e impostos.

Os investimentos em agroindustrialização vêm mudando a condição do Paraná de exportador de matérias-primas para exportador de bens de consumo. Atualmente, cerca de 48% da produção do cooperado passa por algum tipo de transformação e agregação de valor.

No Paraná, o cooperativismo favorece o desenvolvimento. Para que os cooperados tenham renda e acesso aos mercados, as cooperativas diversificaram sua produção por meio da agroindustrialização. Isso tem contribuído para viabilizar as atividades nas propriedades rurais.

Além disso, o sucesso das cooperativas é fruto de investimento e planejamento. Todos os anos, o cooperativismo desenvolve novos projetos para ampliar sua capacidade de atendimento aos cooperados e de processamento da produção. Nos últimos 5 anos, foram investidos cerca de R\$ 11,5 bilhões pelas cooperativas paranaenses, a maior parte em projetos de industrialização, armazenagem da safra, logística e distribuição e tecnologia da informação.

PARANÁ COOPERATIVO 100

Em 2015, foi dado o início ao Plano Paraná Cooperativo 100 (PRC 100), que visa dar sustentabilidade ao cooperativismo paranaense, por meio do planejamento estratégico das atividades e negócios de cada cooperativa, e apontar linhas estruturantes para o cooperativismo, com indicativos de projetos desenvolvimentistas por cadeia de produção ou ramo de atuação das cooperativas.

Até o final de 2017, as ações estiveram voltadas para a construção dos alicerces básicos do PRC 100, com trabalhos direcionados para estudos dos cinco pilares – financeiro, mercado, cooperação, infraestrutura e governança. Para 2018, os trabalhos serão direcionados para os projetos estratégicos de médio e longo prazo.

A participação dos diretores e profissionais nos debates para a construção do Plano tem sido fundamental, com vistas a respaldar as atividades

dos grupos de trabalho, na discussão dos cenários e na avaliação das megatendências que impactarão o desenvolvimento das cooperativas.

Um dos objetivos do PRC 100 é dar o direcionamento para o novo ciclo de desenvolvimento do cooperativismo. Para alavancar os trabalhos, foram definidos 13 projetos relacionados às demandas centrais do setor, que estão sendo debatidos pelos comitês de implantação.

PILAR	PROJETO
FINANCEIRO	<ol style="list-style-type: none">1. Estrutura de capital: modelo de classificação de risco e proposta técnica.2. Estudo de alternativas para realização dos ativos tributários.3. Propostas de políticas públicas.
MERCADO	<ol style="list-style-type: none">4. Projeto Conhecer para Fornecer.5. Pesquisa com o consumidor.6. Sanidade agropecuária.
COOPERAÇÃO	<ol style="list-style-type: none">7. Modelos de parcerias & alianças.
INFRAESTRUTURA	<ol style="list-style-type: none">8. Ações sobre pedágios e portos (concessões).9. Estudo e projeção da capacidade de armazenagem das cooperativas.10. Modelos de negócio para viabilizar alternativas de geração de energia.11. Estudo para a formação de aliança estratégica em TI.
GOVERNANÇA E GESTÃO	<ol style="list-style-type: none">12. Programa de Desenvolvimento de Agentes.13. Modelos de Governança Cooperativa.

INDICADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS DO COOPERATIVISMO PARANAENSE (2008 a 2017)

Indicadores	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017 (*)
Faturamento (bilhões R\$)	25,83	25,06	26,40	32,21	38,13	45,62	50,51	60,33	69,40	70,3
Cooperativas (unidades)	238	238	236	240	236	231	223	220	221	221
Cooperados (pessoas)	513.389	548.812	641.564	735.453	856.098	985.494	1.079.737	1.247.042	1.431.650	1.515.600
Colaboradores (pessoas)	51.838	55.774	59.350	62.389	66.755	72.449	79.241	83.267	87.319	92.968
Exportações (US\$ milhões)	1.442	1.470	1.640	2.200	2.100	2.362	2.403	2.211	2.034	2.600
Impostos recolhidos (R\$ milhões)	1.060	1.000	1.171	913	1.648	1.776	1.300	1.596,9	1.992,3	2.040,0
Investimentos (R\$ milhões)	1.275	1.000	1.011	1.100	1.323	2.163	2.805	2.350	2.100	2,5
Eventos realizados	2.946	3.340	4.273	4.344	4.999	5.479	5.333	6.509	6.883	8.212
Participações/treinandos	100.273	102.332	123.775	129.223	144.445	151.415	160.539	179.920	186.876	210.890
Postos de trabalhos gerados	1,25 mi	1,3 mi	1,4 mi	1,5 mi	1,6 mi	1,7 mi	2,2 mi	2,6 mi	2,8 mi	3,8 mi
Participação no PIB Agropecuário do PR (%)	54	53	54	55	56	56	56	56	56	58%

Fonte: Sistema Ocepar/Cooperativas PR – (*) Estimativa 2017

MAPA ESTRATÉGICO

PRC100
Paraná Cooperativo • 100


Sistema Ocepar
FECOPAR - OCEPAR - SESCOOP/PR



Pilar FINANCEIRO

Reforçar a estrutura de capital das cooperativas

Desenvolver linhas alternativas de crédito

Ter maior participação na construção de políticas públicas

Desenvolver alternativas para redução do impacto de carga tributária

Desenvolver mecanismos para seguro agrícola



Pilar MERCADO

Promover a imagem do cooperativismo no mercado

Desenvolver o portfólio de produtos e serviços com maior valor agregado

Expandir os negócios do cooperativismo nos mercados nacional e internacional

Atuar junto aos órgãos oficiais na questão das barreiras sanitárias e comerciais

Defender os interesses do cooperativismo nas áreas de fiscalização e regulamentação



Pilar COOPERAÇÃO

Mapear e estudar a viabilidade de alianças e parcerias no sistema cooperativista (intercooperação)

Intensificar o desenvolvimento do quadro social para suportar o crescimento do cooperativismo

Promover relacionamentos institucionais

Difundir a cooperação na sociedade



Pilar INFRAESTRUTURA

Atuar na melhoria da infraestrutura portuária, rodoviária e ferroviária

Ampliar a estrutura de armazenagem na rota da produção

Desenvolver alternativas para geração de energia

Atuar na melhoria da infraestrutura de comunicação

Estudar a viabilidade de integração de plataformas tecnológicas nos ramos



Pilar GOVERNANÇA E GESTÃO

Fortalecer a autogestão do sistema cooperativista

Disponibilizar modelos de governança e sucessão aderentes às necessidades das cooperativas

Intensificar o programa de desenvolvimento de pessoas

Aperfeiçoar o modelo de atuação dos Fóruns Especializados

Rever a forma de atuação do SESCOOP/PR

PESSOAS E INOVAÇÃO